

# A DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E PAISAGEM NA PERSPECTIVA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA-ACREANA

*"THE DISCUSSION OF TERRITORY AND  
LANDSCAPE FROM THE PERSPECTIVE OF  
CONSERVATION UNITS IN THE ACREAN-  
AMAZON."*

*LA DISCUSIÓN SOBRE TERRITORIO Y  
PAISAJE DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS  
UNIDADES DE CONSERVACIÓN EN LA  
AMAZONIA DE ACRE.*

Francisca da Silva Reis  
Doutoranda em Geografia pela Universidade  
Estadual de Londrina  
E-mail: franreis115@maial.com

Marciel Lohmann  
Prof. Dr. no Programa de Pós-Graduação em  
Geografia (mestrado/doutorado) da  
Universidade Estadual de Londrina  
E-mail: marciel@uel.br

## **Resumo:**

Este texto trata de breves reflexões a respeito das categorias geográficas de território e paisagem no contexto dos estudos das Unidades de Conservação no estado do Acre. Adotando uma abordagem qualitativa, que se foca na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais, a investigação se baseia em uma análise bibliográfica, utilizando um levantamento de referências teóricas pertinentes ao tema. Em um primeiro momento, compreendemos a paisagem destacando diferentes concepções do estudo das relações entre a sociedade e a natureza. Procedemos à discussão da relação da paisagem juntamente com o território, reconhecendo a paisagem como resultado da construção social desse território. Dessa forma, destacamos a importância do ambiente florestal como elo de conexão para análise tanto da paisagem quanto do território no âmbito da discussão das Unidades de Conservação (UCs). Nesse sentido, as proposições destacam que a análise tanto da paisagem quanto do território é essencial para obter uma compreensão mais aprofundada das ações de transformação da paisagem no estado do Acre.

**Palavras-chave:** território; paisagem; desmatamento; unidades de conservação; estado do Acre.

**Abstract:**

This text presents brief reflections on the geographical categories of territory and landscape in the context of studies on Conservation Units in the state of Acre, Brazil. Adopting a qualitative approach focused on understanding and explaining the dynamics of social relations, the investigation is based on bibliographic analysis, utilizing a survey of relevant theoretical references. Firstly, we explore the concept of landscape by highlighting different conceptions of the relationship between society and nature. Then, we discuss the relationship between landscape and territory, recognizing that the landscape results from the social construction of the territory. In this way, we emphasize the importance of the forest environments as a gathering element for analyzing both landscape and territory within the framework of Conservation Units (UCs). Therefore, the propositions highlight that analyzing both landscape and territory is essential for a deeper understanding of the actions transformations the landscape in the state of Acre.

**Keywords:** territory; landscape; deforestation; conservation units; state of Acre.

**Resumen:**

Este texto aborda breves reflexiones sobre las categorías geográficas de territorio y paisaje en el contexto de los estudios de las Unidades de Conservación en el estado de Acre. Adoptando un enfoque cualitativo, que se centra en la comprensión y explicación de las dinámicas de las relaciones sociales, la investigación se basa en un análisis bibliográfico, utilizando un levantamiento de referencias teóricas pertinentes al tema. En un primer momento, comprendemos el paisaje destacando diferentes concepciones del estudio de las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. Procedemos a la discusión de la relación del paisaje junto con el territorio, reconociendo el paisaje como resultado de la construcción social de ese territorio. De esta manera, destacamos la importancia del entorno forestal como un vínculo de conexión para el análisis tanto del paisaje como del territorio en el ámbito de la discusión de las Unidades de Conservación (UCs). En este sentido, las propuestas destacan que el análisis tanto del paisaje como del territorio es esencial para obtener una comprensión más profunda de las acciones de transformación del paisaje en el estado de Acre.

**Palabras-clave:** territorio; paisaje; deforestación; unidades de conservación; estado de Acre.

## Introdução

A Geografia é uma ciência espacial que nos permite analisar a realidade por meio de seus conceitos geográficos, possibilitando o aprofundamento de estudos em áreas específicas. O estudo do território e da paisagem são duas categorias importantes dentro dessa disciplina.

As categorias território e paisagem, que, juntamente com a região, compõem as categorias centrais na Geografia. Na Geografia moderna, o território e a paisagem têm sido temas de muitos estudos, resultando em uma infinidade de abordagens dos conceitos (Mendonça, 2011).

O território corresponde à uma construção social dada historicamente. “Ele é resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, comportando, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural [...] (Machado, 2016, p.20). Por sua vez, a análise da paisagem, de forma mais sistêmica, envolve uma análise dos sistemas ambientais e a interpretação das interações entre a natureza e a sociedade (Rodriguez *et al.*, 2002).

A partir da discussão teórica sobre essas categorias, apresentamos um breve ensaio sobre as especificidades da construção da territorialidade na áreas de floresta do Acre, especialmente introduzindo a discussão sobre as Unidades de Conservação (UCs) no Acre. Busca-se compreender como essas

---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

unidades influenciam e são influenciada pela configuração territorial de forma ampla.

A abordagem de paisagem e território é fundamental para compreender a dinâmica das Unidades de Conservação (UCs) no estado do Acre. Essa abordagem é crucial para analisar como as UCs no Acre desempenham um papel vital na proteção da biodiversidade. Elas são espaços importantes para a manutenção da vida das comunidades ribeirinhas, seringueiras e indígenas, respaldando toda uma construção social e cultural, e não apenas ambiental.

A discussão territorial neste contexto revela como as Unidades de Conservação são moldadas por interesses diversos, o que influencia as práticas de uso e ocupação da terra e contribui para a fragmentação da paisagem. O estudo das UCs no Acre é fundamental para entender melhor as paisagens florestais e os efeitos das degradações sobre elas. É essencial compreender os conceitos de paisagem e território, principalmente quando se trata do uso dessas áreas e de suas interações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Este artigo tem como objetivo analisar a questão conceitual das categorias geográficas território e paisagem no contexto das Unidades de Conservação no estado do Acre, bem como contribuir com o aprofundamento da discussão geográfica da pesquisa de doutorado que investiga sobre a transformação da paisagem nesses territórios.

### **Procedimentos metodológicos**

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, pois centra-se na “compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais”. Utiliza um conjunto de técnicas interpretativas para descrever e

decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (Gil, 2002, p.32). De natureza básica e com objetivos descritivos e analíticos, a pesquisa é do tipo bibliográfica, baseando-se na análise de referências teóricas publicadas, como artigos científicos, livros e teses (Severino, 2007).

Para fundamentar o desenvolvimento e as interpretações relacionadas ao tema proposto, baseamo-nos nas contribuições de diversos autores. Consideramos as discussões de Mendonça (2011) sobre a relação entre paisagem e território, destacando o território como uma expressão da organização social. Integramos a visão de Saquet (2007), que entende o território como um produto do processo de apropriação social, delimitando as relações socioespaciais. Além disso, Silva (2023) oferece uma análise sobre a dimensão floresta como um dos componentes essenciais da territorialidade englobando os espaços de floresta. Por fim, utilizamos a perspectiva de Porto Gonçalves (2009) para explorar a territorialidade seringueira, que resulta da organização espacial ligada à economia da borracha e a de Lira (2015) e Silva *et al.* (2021), que discutem a evolução das Unidades de Conservação e os aspectos de fragmentação da paisagem.

### **Noção de paisagem e os estudos das relações entre a Sociedade e a Natureza**

Vamos fazer uma breve discussão acerca da paisagem, destacando as principais escolas que desempenharam papéis importantes na construção dos fundamentos da ciência geográfica: a escola alemã, a escola francesa, e a escola russa. O objetivo aqui não é aprofundar-se nos múltiplos conceitos desenvolvidos para definir a paisagem, mas sim introduzir o conceito, visto que ele será um dos

temas abordados em discussões subsequentes sobre a relação entre paisagem e território.

A concepção de paisagem na Geografia evolui juntamente com o desenvolvimento da própria ciência. No início, a Geografia era considerada uma ciência de síntese dos conhecimentos sobre a natureza, dedicada ao estudo da superfície terrestre e à descrição dos fenômenos naturais com base na observação e nas sensações (Moraes, 1987). Com o tempo, o estudo da paisagem passou a incluir as relações entre sociedade e natureza.

No século XIX, no âmbito da Geografia, a análise das interações entre a natureza e a sociedade e a noção de paisagem estiveram presas a duas concepções principais: uma voltada para a Natureza, que contribuiu para o desenvolvimento da Geografia Física (Alexander von Humboldt), e outra centrada na Geografia Humana (Karl Ritter) (Rodriguez et al., 2002).

A contribuição da escola alemã foi fundamental para essa evolução, mesmo com uma visão naturalista, preocupada principalmente com a descrição e representação das feições naturais (Massoquim et al., 2023). A abordagem de Humboldt questionou o estudo da paisagem, levando a Geografia a entender a paisagem como uma forma de analisar as relações entre o ser humano e a natureza (Barbosa et al., 2015).

Na segunda metade do século XIX, surgiram duas principais abordagens conhecidas como perspectivas deterministas e possibilistas. A primeira, representada pela escola alemã e fundamentada em Friedrich Ratzel, introduziu uma concepção que incluía o ser humano na análise da paisagem, enfatizando como as condições naturais influenciavam diretamente as atividades humanas (Massoquim *et al.*, 2023).

A segunda perspectiva, representada pela escola francesa e liderada por Vidal de La Blache, definiu “o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem”. Nesta visão o homem é um ser ativo que sofre a influência do meio, mas que também age transformando-o (Moraes, 1987, p.68). Assim, à medida que a ciência evoluía e as correntes de pensamento geográfico se desenvolviam, as perspectivas de análise da paisagem também mudavam.

O estudo da paisagem passou a ter diferentes visões das relações entre a sociedade e a natureza. “A concepção sobre a paisagem como uma totalidade dialética de base natural foi desenvolvida principalmente na União Soviética”, buscando o “conhecimento das unidades naturais integradas para serem transformadas e dominadas” (Rodriguez *et al.*, 2002, p. 96).

A visão da natureza da Biologia, com o surgimento da Ecologia como disciplina biológica nos finais do século XIX, estava centrada no estudo das relações organismo meio e inaugurava o conceito de ecossistema, “baseado na concepção da Teoria Geral de Sistemas” (Rodriguez *et al.*, 2002, p. 96).

A Teoria dos Geossistemas foi desenvolvida nos anos 60 do século XX por Victor Sotchava, considerando a paisagem de maneira sistêmica e respeitando os atributos de estrutura, funcionamento, dinâmica, evolução e informação. “Pela primeira vez, a análise espacial (própria da Geografia Física) articula-se com a análise funcional (própria da Ecológica Biológica)” (Rodriguez *et al.*, 2002, p.96).

É importante salientar que no Brasil existem duas concepções distintas sobre o geossistema: uma desenvolvida pelo francês Bertrand e outra pelo russo Sochava. As duas definições

diferem em termos de dimensões e escala: a de Sochava apresenta uma visão mais ampla, enquanto a de Bertrand é mais restritiva. No entanto, Bertrand acaba adotando a definição de Sochava ao formular sua análise integrada das relações entre sociedade e natureza (GPT) (Cavalcanti *et al.*, 2016).

A teoria do geossistema, desenvolvida pela Geografia Russo-Soviética e elaborada por Sochava na metade do século passado, representou uma contribuição significativa para o desenvolvimento da Geografia Física e da ciência da paisagem. Essa teoria introduziu uma abordagem integrada da dinâmica e evolução das paisagens, trazendo uma verdadeira revolução conceitual e metodológica para a área (Cavalcanti *et al.*, 2016).

Por muito tempo, as análises sobre a relação entre sociedade e natureza foram conduzidas de maneira separada, às vezes favorecendo o aspecto antropológico e outras vezes o aspecto natural. A Geografia tem sido dividida em estudos de Geografia Física e Geografia Humana, mas a comunidade científica tem defendido uma análise dos sistemas ambientais e a interpretação das interações entre a natureza e a sociedade.

Desse modo, Mendonça (2011) aborda a relação sociedade-natureza discutindo o aspecto da degradação ambiental a partir da apropriação e transformação da natureza pela sociedade feita pelos processos de riqueza e poder. Ou seja, ele suscita uma reflexão sobre a problemática socioambiental, incentivando a reavaliação do processo de organização da sociedade no espaço.

As diferentes relações das sociedades com a natureza evoluíram desde a simples apropriação dos recursos para a subsistência até a apropriação e acumulação de riquezas. Essas relações tornaram-se cada vez mais complexas com a modernização

territorial, especialmente no âmbito do capitalismo, resultando em relações exploratórias cada vez mais problemáticas, fazendo com que o homem se distancie cada vez mais de sua dimensão natural (Mendonça, 2011).

De acordo com Mendonça (2011), as sociedades constroem suas bases de poder apoiadas na natureza. Isso se manifestou nas sociedades do século XVIII, com a constituição de um estado forte sob os aspectos locacionais e na extensão de terras, assim como no século XX, com a intensa exploração dos recursos naturais. As limitações das bases naturais passaram a ter repercussões nas condições de vida das sociedades, levando a uma reflexão sobre a racionalidade dos processos de organização territorial, culminando na emergência da problemática ambiental (Mendonça, 2011).

Portanto, diante da perspectiva da sustentabilidade, há uma discussão em andamento sobre a necessidade de retomar, dentro da Geografia, um conjunto de teorias e métodos para abordar as questões ambientais (Rodriguez *et al.*, 2002).

### **A influência das dinâmicas sociais e políticas na configuração da paisagem e do territorial**

Vamos refletir sobre o conceito de território, considerando sua relação com a paisagem, pois ambos estão interligados. Esta reflexão inicial nos ajudará a desenvolver uma base teórica para, posteriormente, compreender as questões conceituais dessas categorias geográficas na análise das Unidades de Conservação no estado do Acre.

As categorias de território e paisagem estão intrinsecamente relacionadas, e essa conexão ocorre por meio de uma construção

social e política. Para compreendê-la, é necessário considerar a importância das forças econômicas, políticas e culturais na sua determinação, bem como entender como essas dinâmicas influenciam o ordenamento territorial, especialmente no contexto das Unidades de Conservação.

A forma como a sociedade se organiza e utiliza o território reflete-se na configuração da paisagem. O território não só abrange a paisagem, mas também incorpora as relações sociais e políticas que moldam a forma e o uso do espaço. As estruturas sociais se modificam e se organizam com base em manifestações territoriais marcadas por conflitos pela disputa dos melhores espaço e riquezas naturais (Mendonça, 2011).

Assim, o estudo da paisagem a partir do conceito de território possibilita investigar as mudanças que a sociedade impõe sobre ela. Isso ocorre ao direcionar "a conversão da natureza-fonte em natureza-recurso por meio das dinâmicas econômicas" (Souza, 2018, p.120). Dessa forma, a paisagem adquire um papel crucial. É fundamental reconhecer "que se trata de uma chave para qualificar os desdobramentos das ações humanas na natureza" (Souza, 2018, p.126).

As sociedades encontram suas bases de poder apoiadas na natureza, "A condição humana tem, na natureza, forte determinação, dela deriva a possibilidade de o homem erigir-se na sua condição de Ser Social" (Mendonça, 2011, p.65).

Boa parte da riqueza socialmente construída de povos e nações foi, por longo período, determinada pela extensão de terras e pela disponibilidade dos recursos naturais (Mendonça, 2011, p.66).

Pois, "[...] não há território sem terra, ou seja, sem espaço, sem solo, sem ar, sem água, sem vida [...]" (Bertrand *et al.*, 2007,

p.120). Dessa forma, as recentes renovações do entendimento de território indicam uma premissa para a existência da paisagem (Souza *et al.*, 2009).

Para Saquet (2007, p. 58) é importante refletir o território tendo-o como fruto da construção social a partir do movimento das forças econômicas, políticas e culturais interligadas, que operam em conjunto para dar forma ao território e ao processo social no espaço geográfico. A natureza, enquanto elemento externo ao homem, se manifesta de diversas formas.

O aporte da natureza orienta as políticas estatais de ordenamento territorial, visando à organização e ao planejamento das paisagens preservadas em áreas protegidas (Moraes, 2005). Esse ordenamento do território representa um recorte do território usado por diferentes intenções: primeiramente pelas dimensões sociais que precedem sua institucionalização e, em segundo lugar por empresas e grupos privados envolvidos na concessão de exploração florestal e outros recursos.

A preocupação com a conservação e proteção ambiental, bem como a necessidade de regulação do uso e ocupação dos ecossistemas, alinhou-se com a questão ambiental que se desenvolveu no âmbito científico a partir da década de 1970. Essas discussões irão permear o contexto das principais políticas ambientais no Brasil. As proposições delineadas sobre a questão ambiental irão influenciar também os estudos geográficos (Suertegaray *et al.*, 2015; Albuquerque *et al.*, 2021).

Diante da emergência ambiental, os estudos geográficos que se voltaram para a análise ambiental, tendo como temas principais o diagnóstico ambiental, as políticas, os conflitos socioambientais, educação ambiental e os impactos ambientais. Isso criou um campo

de pesquisas com foco na questão ambiental (Suertegaray *et al.*, 2021).

Nesse contexto, surge a necessidade de considerar possibilidades de conceitos que possam decifrar a problemática ambiental que se apresenta. Suertegaray (2021) propõe uma discussão ambiental que vai além da visão naturalista da Ecológica, incorporando um significado mais amplo para o termo “ambiente”. De acordo com as perspectivas geográfica, esse conceito não se limita apenas aos aspectos naturais na interpretação ambiental, mas compreende as relações sociais, sejam elas políticas, econômicas ou culturais (Suertegaray, 2021).

Dessa forma, “o social amplia a compreensão do natural, pelo uso, pela apropriação e pelo valor atribuído ao ambiente” Suertegaray *et al.* (2019, p.85). O contexto natural se insere em uma teia de relações sociais que reflete na compreensão dos múltiplos processo que abrangem os territórios.

### **A discussão territorial e da paisagem no contexto das Unidades de Conservação no estado do Acre**

As perspectivas que entendem o território como uma produção social, histórica, econômica e política expressam a complexidade e oferecem uma compreensão abrangente do conceito. Além disso, essas interpretações mostram como o processo de organização do território reflete na configuração da paisagem. Esse enfoque está alinhado com o que propomos discutir.

Portanto, para compreender como essas duas categorias de análise podem ser incluídas no estudo das Unidades de Conservação no Acre, vamos inicialmente explorar algumas considerações sobre a evolução do território sob uma perspectiva de ocupação, que está

intrinsecamente ligada à configuração concebida da região amazônica. Em seguida avançaremos para entender a configuração territorial sob a dimensão das florestas, com base na análise de Silva (2023). A partir dessa perspectiva, exploraremos também as Unidades de Conservação no Acre.

Nos escritos de Silva (2007), é possível encontrar o contexto histórico e geográfico da ocupação da Amazônia desde os tempos da colonização do Brasil. Esse estudo destaca como a ocupação da região até o século XVIII não esteve associada ao desenvolvimento de um povoamento integrado, estando mais voltada para estabelecer limites políticos com a Espanha.

Nessa conjuntura, os domínios sobre o espaço foram gradualmente estabelecidos, primeiramente através da catequização indígena e da expansão de fortificações militares. Em seguida, com a exploração das "drogas do sertão" — um processo produtivo que avançava ao longo dos rios, ocupando os cursos superiores. A produção local se baseava nos recursos dos rios e da floresta, tendo a natureza como fonte de produção, “sob a base econômica e produtiva e da circulação do sistema caboclo-regatão (Silva, 2007, p. 294)”.

O processo de ocupação mais intenso do território acreano se viabilizou a partir da atividade extrativista da borracha:

sob base empresarial, no sistema de aviamento do capital industrial estrangeiro. Sob esta ligação compulsória do fornecimento de mercadoria e dinheiro na aquisição da compra da produção da borracha, fora submetido todo processo de construção econômica da região à viabilidade do “negócio extrativista” na floresta (Silva, 2007, p.294).

Assim, observamos como a dimensão das florestas se tornou base para a configuração do território. Isso já ocorria antes do surgimento da economia capitalista extrativista e permaneceu assim

ao longo do tempo. A importância das florestas era tão significativa que ultrapassava o aspecto produtivo, servindo também como delimitadora do tamanho e limites dos seringais, determinados com base na quantidade de árvores de seringueira existentes (Silva, 2007).

A derivação da lógica territorial do estado do Acre foi incentivada por uma política de desenvolvimento da Amazônia que o integrou no contexto da economia mundial da borracha. Posteriormente, o Acre tornou-se uma das últimas fronteiras a ser integrada com interesses na exploração dos recursos naturais, como floresta, madeira e solo. Concomitantemente, a construção social, dada pelas populações desses territórios que foram excluídas desses processos, ficou a cargo de sobreviver e resistir às novas dinâmicas. Entre essas populações estão os indígenas, ribeirinhos, seringueiros e outros grupos (Silva, 2023).

### **A Evolução das Unidades de Conservação no Estado do Acre**

Considerando a criação das Unidades de Conservação, a primeira unidade no estado do Acre, foi a estação Ecológica do Rio Acre, criada em 1981. Ela está localizada no município de Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Sete anos depois, em 1988, foi criada a segunda unidade, a Floresta Nacional do Macauã, situada no município de Sena Madureira (Lira, 2015). Ambas foram criadas com um viés conservacionistas, voltadas para pesquisas e preservação ambiental.

Com foco nas políticas de reforma agrária e ambiental, intensificam-se as propostas para a criação das Reservas Extrativistas (RESEX). Em 1990, foram estabelecidas as duas

primeiras RESEX do país: a RESEX do Alto Juruá e a RESEX Chico Mendes. Em 2012, o estado do Acre já contava com 17 unidades de conservação, que abrangiam 31, 65 % do seu território (Lira, 2015).

Atualmente, 47,3% da extensão do estado é composta por Unidades de Conservação (UC), totalizando vinte e três áreas, de gestão federais, estaduais e municipais, distribuídas entre as categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável (SEMA, 2024).

A maior parte das UC no estado é habitada por populações tradicionais que dependem dos recursos naturais para suas atividades, como agricultura de subsistência, extrativismo, pesca e pecuária de pequeno porte, entre outros (Lira, 2015). Isso evidencia a peculiaridade da região e destaca a necessidade de uma gestão florestal que contemple esses aspectos.

Silva (2023, p. 291) aborda essas realidades dos territórios de floresta, caracterizando-os como territórios usados, uma vez que sempre foram habitados. Ele incorpora um entendimento da dimensão social no conceito de floresta, definindo-a como “[...]espaços consagrado, requerido e defendido como lugar de exercício de domínio de certas relações de grupos sociais[...]”.

Sendo assim, é crucial ressaltar a importância das regiões florestais, conforme abordado por Silva (2023), que vai além da mera perspectiva natural. Esses espaços são lugares de vivência para muitos grupos sociais que ocupam a região. Os territórios de florestas, antes de serem institucionalizados pelo estado, já eram ocupados pelas populações tradicionais.

Ou seja, nos espaços de florestas, como os “habitats” e os “seringais”, estabeleceram-se configurações sociais que se manifestam em diversas territorialidades. Por exemplo, a territorialidade seringueira surgiu durante a época dos seringais.

Não nos esqueçamos, todavia, que a borracha mobilizara os sonhos de toda essa/aquela gente e, como um sonho que fôra mais que um sonho, posto que implicara em toda uma prática social que se materializara no seu modo de vida (e, na memória, no melhor de suas vidas) pode, a partir de novas e outras circunstâncias, ser atual, ser *atualizada*. Espaço e Memória. Habitat e *habitus* (Porto-Gonçalves, 2009, p.72).

Os seringueiros ressignificam toda uma organização do espaço, pautada no processo de desenvolvimento integrado com a floresta. Esse processo se contrapõe aos diferentes modelos de territorialização que surgiram no abandono dos seringais pelos seringalistas e a subsequente venda desses territórios para paulistas/ e sulistas (Porto-Gonçalves, 2009).

Um exemplo dessa forma de organização espacial seringueira é o “modelo” descrito por Oliveira (2023) e a “invenção” mencionada por Porto-Gonçalves (2009, p. 77), que surgiu na década de 80 no Acre. Essas ideias formuladas por “intelectuais tradicionais” em um período em que o mundo debatia os significados de sustentabilidade. Naquele contexto, esses intelectuais praticavam a sustentabilidade na representação de seu espaço como um “habitus” (Porto-Gonçalves, 2009, p. 77).

Consideramos a territorialidade seringueira como central nas dinâmicas territoriais das Unidades de Conservação. Historicamente, muitos desses territórios eram antigos seringais que foram vendidos e transformados em fazendas, Projetos de Assentamentos Extrativistas e Projetos de Assentamentos Dirigido; portanto, são espaços habitados por seringueiros (Terra, 2017; Lira, 2015).

Neste ponto da discussão, é importante destacar que as reservas extrativistas servem como um ponto crucial para entender

uma das diferentes territorialidades instituídas nesses espaços de florestas que se constituíram “[...] não só um lugar ocupado, que era; era, também, um lugar habitado, habitat e *habitus*, e assim um *locus* de conformação de subjetividades” (Porto-Gonçalves, 2009, p.73).

Atualmente, outros grupos também ocupam essas áreas, como assentados, posseiros e pecuaristas. Essa diversidade de ocupantes e suas diferentes formas de uso da terra são fontes de numerosos conflitos nas Unidades de Conservação, incluindo disputas pela posse da terra, a entrada de novos posseiros, invasões para a extração de madeira com fins comerciais e atividades de pecuária, entre outros (Brandão, 2018).

Trazemos o modelo de Reserva Extrativistas porque foi um dos movimentos que enfrentou as políticas de incentivo a implantação de empresas agropecuária que devastava a floresta amazônica e geravam conflitos pela posse da terra na década de 1980. A mobilização dos seringueiros de lutar pelo direito de permanecer nas terras que ocupavam desencadeou uma série de debates sobre os problemas do desmatamento na Amazônia, tanto no Brasil quanto no mundo, o que pressionou o governo federal a criar diversas Unidades de Conservação na região (Lira, 2015).

Portanto, elas não se restringem apenas às reservas extrativistas, mas configuram-se como elementos centrais na representação da territorialidade seringueira em diferentes contextos de conservação.

A Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os recursos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a ideia é, pela primeira vez formulada como tal, a 1990 quando é consagrada e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construído seus varadouros não só com os memoriais com suas

descrições e seus mapas necessários para a decretação legal mas, também, deixando rastros de sangue pela floresta (Porto-Gonçalves, 2009, p.77).

Esse modelo de território pensado pelos seringueiros e para os seringueiros, que se constituíram as reservas extrativistas, foi posteriormente instituído como Unidade de Conservação nos termos do art. 18º da Lei 9.985 que trata das Reservas Extrativistas do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza-SNUC (BRASIL, 2000). A lei conceitua essas reservas como áreas utilizada por populações extrativistas tradicionais, com “objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

Dentro dessa ótica, introduzimos na análise da paisagem e do território a discussão das Unidades de Conservação (UCs). Essas unidades desempenham um papel crucial como instrumentos no arranjo territorial de âmbito ambiental, representando o controle dos recursos naturais por parte do Estado. Além disso, são nesses espaços que se estabelece a ligação do homem e a natureza, refletida nas territorialidades dos diferentes sujeitos. A Paisagem, nesse contexto, suscita a dimensão ética e reflexiva sobre o agir do homem no mundo (Souza, 2018).

### **Os aspectos de fragmentação da paisagem nas Unidades de Conservação do Acre**

A destruição da paisagem fundamenta-se no discurso de sua desvalorização ou negação, algo que se reflete no contexto econômico sob a justificativa do desenvolvimento. As ações de fragmentação da paisagem são, assim, resultado das lógicas de desenvolvimento moldadas pelas dinâmicas econômicas (Souza, 2018).

Essas lógicas de desvalorização refletem o grau dos impactos da supressão florestal no estado do Acre e foram intensificadas a partir da década de 1970 com a abertura das estradas, resultando na exploração madeireira e no estabelecimento da agricultura e da pecuária, atividades que demandam degradação ambiental. Isso provocou uma mudança no uso do solo, sendo uma das principais causas do desmatamento (Steingraber *et al.*, 2018).

Com isso, o modelo de desenvolvimento baseado na cadeia produtiva da carne, implementado no Brasil e na região amazônica, também se consolida no estado do Acre, conforme mencionado por Melo (2022). Dessa forma, as áreas desmatadas tendem a ser predominantemente ocupadas por pastagens, representando aproximadamente 70% da cobertura, conforme apontado por Silva *et al.*, (2021a).

Por conseguinte, os efeitos das ações de fragmentação da paisagem no estado do Acre podem ser visualizados nos mosaicos de desmatamento que margeiam as BR-364 e BR-317. Esses efeitos são concentrados nas áreas urbanas e nas cidades que compõem o baixo e alto Acre, muitas das quais são caracterizadas pela expansão da atividade agropecuária, conforme destacado por Reis (2022).

Melo *et al.* (2019) Identificaram três regiões críticas para o desmatamento e focos de calor no estado do Acre para o período de 2001 a 2017. A primeira área está situada nas proximidades da Reserva Extrativista Chico Mendes, abrangendo a BR-317, próxima à fronteira do Peru e Bolívia. A segunda está ao longo do eixo da BR-364 nos municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano e a terceira na região central do estado, nos municípios de Feijó e Tarauacá.

Essas duas últimas áreas estão localizadas em zonas de fronteira de expansão da ocupação humana e concentram a maior

parte das áreas de florestas protegidas. O estudo destaca a RESEX Chico Mendes como uma área preocupante devido à intensificação do processo de desmatamento e dos focos de calor, também aponta as APAs e a Área de Relevante Interesse Ecológico como áreas significativas em termos de desmatamento (Melo *et al.*, 2019).

Cada vez mais, as atividades produtivas que se impõem no território das Unidades de Conservação no Acre, estão alterando os padrões de uso e ocupação da terra com práticas destrutivas, como o desmatamento e queimadas. Isso demonstra uma inversão do modelo tradicional de agricultura para um modelo de pecuária extensiva, em vista do aumento do desmatamento em áreas maiores que 20 hectares (Silva *et al.*, 2021b).

Entre 2015 e 2020, oito Unidades de Conservação no Acre representaram 90% do desmatamento. Essas unidades são: Resex Chico Mendes, Floresta Estadual Afluente, Resex Cazumbá-Iracema, Floes Antimary, Floes Rio Gregório, Área de Proteção Ambiental (APA) Igarapé São Francisco, Parque Nacional Serra do Divisor e Resex Riozinho da liberdade. A Reserva Extrativista Chico Mendes lidera com 57% do desmatamento. Do ponto de vista percentual de desmatamento em relação a área total de cada UC, as APAs Irineu Serra e Igarapé São Francisco, localizadas no entorno urbano da cidade de Rio Branco, apresentam de 67% a 78% de alteração da cobertura florestal original (Silva *et al.*, 2021a).

Essas mudanças na cobertura da terra representam um fenômeno estrutural, avançando gradualmente a partir das bordas e incorporando latifúndios até impactar as áreas protegidas, como destacado por Menezes (2023). Essa dinâmica influencia os processos políticos, resultando na flexibilização das políticas ambientais nas áreas protegidas do estado do Acre.

Nesse sentido, podemos identificar uma influência política significativa que atua por meio do aparato do Estado, em conjunto com as forças econômicas. Trata-se de uma inclinação para crimes ambientais, influenciada por políticas de desregulamentação ambiental que visam a apropriação privada de terras públicas no país e principalmente, na Amazônia (Carrero *et al.*, 2022; Oviedo *et al.*, 2021).

Entre os anos de 2016 e 2018, as políticas ambientais federais passaram por um processo de enfraquecimento, que se intensificou ainda entre 2019 e 2020, refletindo diretamente no aumento das taxas de desmatamento na Amazônia, conforme observado por Reis *et al.* (2022).

Esse enfraquecimento resultou em um acentuado processo de apropriação e degradação florestal, contribuindo para a especulação fundiária nas florestas, especialmente devido à ocupação privada de terras públicas em áreas onde o Estado não exerce um controle efetivo. Esse processo foi facilitado pela flexibilização da legislação.

Assim, evidencia-se um viés político na região que vai de encontro aos interesses de crescimento econômico, manifestando-se na busca pela flexibilização ambiental das áreas protegidas. Estes posicionamentos apresentam contradições ao apontar fragilidades nas unidades de conservação relacionadas à viabilidade econômica das populações tradicionais, sem, contudo, propor soluções concretas para superar esses desafios sociais dentro dessas áreas. Ao contrário, sugerem medidas que, em vez de fortalecer, enfraquecem ainda mais essas áreas (Reis, *et al.*, 2023, p. 96).

Os aspectos de mudança na cobertura da terra nas Unidades de Conservação se intensificam justamente devido ao fato de serem áreas ricas em recursos naturais, como solo, madeira e

florestas, tornando-as mais vulneráveis a tais processos, como apontado por Silva *et al.* (2021b).

Assim, a análise da paisagem proporciona esclarecimentos sobre as dinâmicas territoriais e sua influência na transformação da paisagem. Nesse contexto, é necessário reconhecer a importância da paisagem "como um elemento político", pois sua análise conduz à busca por soluções para "questões que impactam territórios, em todos os seus aspectos" (Souza, 2018, p.120). Além disso, é fundamental reconhecer o papel e a dimensão social da floresta, que continua a influenciar os aspectos socioculturais da Amazônia-acreana.

Nesses territórios, existem lógicas e realidades distintas que não se encaixam nas dimensões urbanas e rurais. Destacar a dimensão floresta, que no contexto da Amazônia acreana é repleta de significações e revela diferentes perspectivas, é essencial. É preciso amadurecer essa discussão e reconhecer uma terceira dimensão territorial, compreendendo seus significados para as populações do estado.

### **Considerações Finais**

A discussão teórica abordada no texto considerou a relação entre paisagem e território, destacando que o território reflete a organização social. Assim, buscamos aprofundar nossa compreensão desses conceitos no contexto dos estudos das Unidades de Conservação no Acre. O território é visto como um produto da apropriação social, que define as relações socioespaciais.

Compreendemos o estado do Acre como um território que é parte do contexto Amazônico que se constituiu a partir da produção política e econômica, sendo uma sociedade formada a partir da floresta. A dimensão da floresta é analisada como um componente

essencial da territorialidade, abrangendo os espaços florestais e suas interações com as dinâmicas sociais e ambientais. Observamos como as transformações ao longo do tempo vão incorporando ameaças e levantam novos desafios a serem enfrentados nas Unidades de Conservação.

É possível compreender que as degradações das florestas do Acre, resulta das relações sociais, econômicas e políticas que se desenvolveram no século XIX e persistem até hoje. É importante considerar tanto a organização social local quanto as influências externas que afetam a região. Exemplos dessas influências incluem mudanças nas políticas nacionais e estaduais voltadas a exploração dos recursos naturais, bem como a pressão de grandes grupos organizados que impõem seus interesses sobre o governo local e suas perspectivas políticas.

Atualmente, esses territórios enfrentam novos desafios relacionados a antigos interesses de exploração dos recursos naturais, com diferentes formas de apropriação e transformação da paisagem, surgindo em função de mudanças na legislação que visam flexibilizar as exigências ambientais que protegem essas áreas. Essa realidade revela a necessidade de uma gestão que assegure a viabilidade econômica das populações tradicionais, permitindo a continuidade de práticas, sem abrir espaço para atividades que causam degradação ambiental.

## Referências

ALBUQUERQUE, Diêgo Souza; ALVES, Larissa da Silva Ferreira; JÚNIOR, Francisco do O' de Lima; SOUSA, Maria Losângela Martins de. A dimensão ambiental para o ordenamento Territorial. **Revista de Geografia**. Recife v. 38, n. 2, 2021.

BARBOSA, Liriane Gonçalves; GONÇALVES, Diogo Laercio. A paisagem em Geografia: diferentes escolas e abordagens. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 92–110, 2015. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3122](http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3122).. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Lei N. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000->. Acesso em: 20 jul. 2024.

BERTRAND, George; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007. Disponível em: [BERTRAND, G. Uma Geografia Transversal e de Travessias | PDF | Geografia | Science \(scribd.com\)](#). Acesso em: 9 ago. 2023

BRANDÃO, Mirys. **Diagnóstico dos conflitos fundiários e socioambientais no estado do Acre**. June 2018. Disponível em: [\(PDF\) DIAGNÓSTICO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS E SOCIOAMBIENTAIS](#). Acesso em: 20 jul. 2024.

CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. Geossistemas e Geografia no Brasil. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 3-33, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/82>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CARRERO, Gabriel Cardoso; WALKER, Robert Tovey; SIMMONS, Cynthia Suzanne; FEARNSIDE, Philip Martin. Land grabbing in the Brazilian Amazon: Stealing public land with government approval. **Land Use Policy**, v. 120, 2022, p.106133. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2022.106133>.. Acesso em: 25 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

LIRA, Elisandra. Moreira de. **A criação do parque nacional da serra do divisor no Acre (1989) e sua inserção nas políticas federais de implantação de Unidades de conservação federais no Brasil**. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: Um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 1, p. 17-32, fev. 2016. Disponível em: [Geografia e Epistemologia: Um passeio pelos conceitos de espaço, território](#) . Acesso em: 25 jul. 2023.

MASSOQUIM, Glória Nair; COSTA, Jorge Luis Oliveira. O modelo teórico da paisagem: uma revisão de ideias e abordagens. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 14, n. 45, p.159-189, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/11971>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MELO, Antonio Willian Flores de. **Relatório técnico: dinâmica e evolução de desmatamento e queimadas na reserva extrativista Chico Mendes**. Curitiba: Instituto de estudos amazônicos, 2022. Disponível em: <https://institutoestudosamazonicos.org.br/acervo/relatorio-> . Acesso em: 21 mar. 2024.

MELO, Antonio Willian Flores de; SILVA, Sonaira Souza da; OIGHENSTEIN, Liana Anderson; AMARAL, Eufran Ferreira do; SILVA, Myris; SOUZA Conceição Marques de. Áreas críticas para desmatamento e focos de calor no Acre: integrando dados de sensoriamento remoto e entrevistas participativas. In: XIX Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto. 2019, Santos. **Anais[...]** São José dos Campos, Galoá. 2019. p. 1260-1263.

MENEZES, Mário Menezes. 2023. 1 vídeo (2 horas:18 minutos). Publicado pelo canal Café com ciência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0GXP0b2Sp5E&t=789s>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MENDONÇA, Francisco. Território e paisagem: uma articulação moderna conflituosa. In: FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Territórios e**

**fronteiras\_**(re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011, p. 51-68.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica . 15ª edição, São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Antonio. Carlos. Robert. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. *In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional. 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KG0qAAAAYAAJ>. Acesso em: 20 ag. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2023. 1 vídeo (2 horas:18 minutos). Publicado pelo canal Café com ciência). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0GXP0b2Sp5E&t=789s>. Acesso em: 13 mar. 2024.

OVIEDO, Antonio; AUGUSTO, Cicero; LIMA, William Augusto. **Conexões entre o CAR, desmatamento e o roubo de terras em áreas protegidas e florestas públicas**. Nota Técnica foi produzida em 12 abril de 2021. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental..>Acesso em: 25 jul. 2023.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 1, n. 2, p. 67-88, set. 2009. Disponível em: [A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social |](#). Acesso em: 19 ago. 2024.

REIS, Francisca da Silva. **Deteção do desmatamento na Amazônia**: governança ambiental federal e as áreas protegidas no estado do Acre. (Dissertação) Mestrado em Geografia . Universidade Federal do Acre. Orientadora: Dra. Karla da Silva Rocha. 2022. 109 f.

REIS, Francisca da Silva; ROCHA, Karla da Silva. Desmatamento e Governança Ambiental na Amazônia. *In: SANTOS, Waldemir Lima dos; SERRANO, Rodrigo Otávio Peréa (org.). Análise da dinâmica socioambiental na Amazônia Sul-Occidental*. Curitiba: CRV, 2022, p.135-159. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37379-crv>. Acesso em: 5 jul. 2023.

REIS, Francisca da Silva; LOHMANN, Marciel; NABARRO, Sérgio Aparecido. A apropriação da terra nos territórios das unidades de conservação no estado do Acre. In: **Dinâmicas socioambientais na contemporaneidade** [livro eletrônico] CUNHA, Fábio César Alves da; RODRIGUES, Fernando Veronezzi Leonardo; AGUIAR, Nicolas Vinicius Cesario de; NABARRO, Sérgio Aparecido (org.). Londrina. 2023, p. 88-100.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 01, n. 01, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Departamento de Unidades de Conservação. Disponível em: [Departamento de Unidades de Conservação \(DEUC\)](#) |. Acesso em: 18 . ago.2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

SILVA, Sílvio Simione da. A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na amazônia-acreana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Sílvio Simione da. O espaço agrário amazônico-acreano: o campo, a floresta e a cidade como dimensões territoriais. **Revista Mutirão**. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, v.4, n.1, 2023. <https://doi.org/10.51359/2675-3472.2023.257553>.

SILVA, Sonaira Souza da; OLIVEIRA, Igor; MORELLO, Thiago Fonseca; ANDERSON, Liana Oighenstein; KARLOKOSKI, Adriele; BRANDO, Paulo Monteiro. Burning in southwestern Brazilian Amazonia, 2016–2019, **Journal of Environmental Management**, v. 286, p.112189, 2021a. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479721002516>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SILVA, Sonaira Souza da; BORDIGNON, Leandra; MELO, Antonio Willian Flores de; OLIVEIRA, Igor. Unidades de Conservação no Acre: tendência de desmatamento e queimadas. *In*: FRANCO, Alexsande de Oliveira; BENTO, Victor Régio da Silva (org.). **Áreas naturais protegidas brasileiras: gestão, desafios, conceitos e reflexões**. Campo Grande: Editora Inovar, 2021b. p.33-46.

SOUZA, Reginaldo José de; PASSOS, Messias Modesto dos. Algumas reflexões sobre o território enquanto condição para a existência da paisagem. **Geoiंगा**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2009. Disponível em: ([pdf](#)) [algumas reflexões sobre o território enquanto condição.\(researchgate.net\)](#). Acesso em: 25 jul. 2023.

SOUZA, Reginaldo José de. Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, 133 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/27djv>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes, NUNES, João Osvaldo Rodrigues. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 17, p. 11–24, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/337>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Meio, Ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-cultura, 2021. 145p.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; DE PAULA, Cristiano Quaresma. Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis. AMBIENTES: **Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 79, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22686>. Acesso em: 20 ag. 2024.

STEINGRABER, Ronivaldo; KANOPPA, Ana Paula; CAETANO, Janaina Fidelis. Environmental services as an endogenous development strategy: an alternative to deforestation in the state of Acre, Brazil. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 40, n. 2, p.36473, 2018.

TERRA, Govinda. **A efetividade da fiscalização do desmatamento ilegal nas unidades de conservação federais no estado do Acre**.

Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Manaus, 2017. 94.f. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/12925>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Submetido em: 14 de abril de 2024  
Devolvido para revisão em: 17 de agosto de 2024  
Aprovado em: 27 de agosto de 2024

DOI: [https://doi.org/10.62516/terra\\_livre.2024.3450](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3450)

Como citar:

SILVA REIS, F.; LOHMANN, M. A DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E PAISAGEM NA PERSPECTIVA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA-ACREANA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 570-598. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3450>. Acesso em: dia/mês/ano.